

## BOLETIM JURÍDICO

NÚMERO 123 - OUTUBRO DE 2019

### SUMÁRIO

#### LEGISLAÇÃO ESTADUAL

Lei Complementar.....	2
Leis Ordinárias.....	2
Decretos.....	2

#### LEGISLAÇÃO FEDERAL

Leis Ordinárias.....	4
Decretos.....	5

#### PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Portarias.....	6
Pareceres.....	7

PROCURADORA-GERAL DO ESTADO  
Célia Iraci da Cunha

PROCURADOR-GERAL ADJUNTO PARA  
ASSUNTOS JURÍDICOS  
Eduardo Zanatta Brandeburgo

GOVERNO DE  
**SANTA CATARINA**



## LEI COMPLEMENTAR

### LEI COMPLEMENTAR Nº 745

18 DE SETEMBRO DE 2019

Altera a Lei Complementar nº 380, de 2007, que “Dispõe sobre o Corpo Temporário de Inativos da Segurança Pública no Estado” ([inteiro teor](#)).

## LEIS ORDINÁRIAS

### LEI Nº 17.768

6 DE SETEMBRO DE 2019

Autoriza o Poder Judiciário a doar ao Município de Canoinhas o imóvel que especifica ([inteiro teor](#)).

### LEI Nº 17.769

6 DE SETEMBRO DE 2019

Altera o Anexo Único da Lei nº 16.733, de 2015, que “Consolida as Leis que dispõem sobre o reconhecimento de utilidade pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina”, para alterar a denominação da Sociedade Patronato Anjo da Guarda, para Associação Patronato Anjo da Guarda, de Herval D’Oeste ([inteiro teor](#)).

### LEI Nº 17.770

6 DE SETEMBRO DE 2019

Altera o Anexo Único da Lei nº 16.733, de 2015, que “Consolida as Leis que dispõem sobre o reconhecimento de utilidade pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina”, para alterar a denominação da Sociedade Espírita Entrepósito da Fé, para Seara Espírita Entrepósito da Fé, de Florianópolis ([inteiro teor](#)).

### LEI Nº 17.771

6 DE SETEMBRO DE 2019

Altera a ementa e o art. 1º da Lei nº 16.654, de 2015, que declara de utilidade pública a Casa

dos Açores Ilha de Santa Catarina, de Florianópolis, para o fim de dar nova denominação à entidade referida ([inteiro teor](#)).

### LEI Nº 17.772

10 DE SETEMBRO DE 2019

Veda a inauguração de obra pública incompleta ou que não atenda ao fim a que se destina, no âmbito da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Estado de Santa Catarina ([inteiro teor](#)).

### LEI Nº 17.773

10 DE SETEMBRO DE 2019

Reconhece o Santuário Sagrado Coração Misericordioso de Jesus no Município de Içara como ponto turístico religioso no Estado de Santa Catarina ([inteiro teor](#)).

### LEI Nº 17.774

16 DE SETEMBRO DE 2019

Reconhece o Município de Blumenau como Capital Catarinense de Transplantes de Órgãos ([inteiro teor](#)).

### LEI Nº 17.775

16 DE SETEMBRO DE 2019

Altera a denominação social da Sociedade Amigos de Brusque para Sociedade Amigos

de Brusque e de Apoio ao Museu Histórico do Vale do Itajaí-Mirim SAB/Casa de Brusque ([inteiro teor](#)).

### LEI Nº 17.776

18 DE SETEMBRO DE 2019

Revoga o item 906 do Anexo Único da Lei nº 16.733, de 2015, que “Consolida as Leis que dispõem sobre o reconhecimento de utilidade pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina”, para excluir do rol das entidades declaradas de utilidade pública estadual o Instituto Arco-Iris, de Florianópolis ([inteiro teor](#)).

### LEI Nº 17.777

18 DE SETEMBRO DE 2019

Revoga a Lei nº 16.731, de 2015, que declarou de utilidade pública a Associação Coro Lírico Catarinense (ACOLIRICA), e o item 1047 do Anexo Único da Lei nº 16.733, de 2015, que “Consolida as Leis que dispõem sobre o reconhecimento de utilidade pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina”, para excluir do rol das entidades declaradas de utilidade pública estadual a Associação Coro Lírico da Orquestra Sinfônica de Santa Catarina, de Florianópolis, uma vez que as duas leis referem-se à mesma entidade que ora se extingue ([inteiro teor](#)).

## DECRETOS

### DECRETO Nº 233

30 DE AGOSTO DE 2019

Introduz a Alteração 4.063 no RICMS/SC-01 ([inteiro teor](#)).

### DECRETO Nº 234

30 DE AGOSTO DE 2019

Altera o Anexo Único do Decreto nº 764, de 2012, que aprova a Classificação das Fontes/Destaques de Recursos para o Estado ([inteiro teor](#)).

### DECRETO Nº 235

30 DE AGOSTO DE 2019

Aprova a programação financeira e o crono-

grama de execução mensal de desembolso de recursos estaduais para o terceiro quadrimestre do exercício financeiro de 2019 e estabelece outras providências ([inteiro teor](#)).

### DECRETO Nº 236

30 DE AGOSTO DE 2019

Dispõe sobre a homologação de pareceres e resoluções do Conselho Estadual de Educação (CEE/SC). ([inteiro teor](#))

### DECRETO Nº 237

30 DE AGOSTO DE 2019

Dispõe sobre a homologação de pareceres e

resoluções do Conselho Estadual de Educação (CEE/SC). ([inteiro teor](#))

### DECRETO Nº 238

30 DE AGOSTO DE 2019

Dispõe sobre a homologação de pareceres e resoluções do Conselho Estadual de Educação (CEE). ([inteiro teor](#))

### DECRETO Nº 239

30 DE AGOSTO DE 2019

Altera a Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual para o quadriênio 2016-2019, aprovado pela Lei nº 16.859, de 2015 ([inteiro teor](#)).

**DECRETO Nº 244**

**6 DE SETEMBRO DE 2019**

Homologa situação de emergência no Município que menciona ([inteiro teor](#)).

**DECRETO Nº 245**

**6 DE SETEMBRO DE 2019**

Inclui no Plano Rodoviário Estadual (PRE), aprovado pelo Decreto nº 759, de 2011, o trecho da Rodovia SC-114, entre São Joaquim e o entroncamento com o acesso a São Sebastião do Arvoredo ([inteiro teor](#)).

**DECRETO Nº 246**

**6 DE SETEMBRO DE 2019**

Dispõe sobre o Sistema Administrativo de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação (SAGTIC) e estabelece outras providências ([inteiro teor](#)).

**DECRETO Nº 247**

**6 DE SETEMBRO DE 2019**

Dispõe sobre a utilização e operacionalização do Centro de Convivência e de Eventos localizado no Centro Administrativo do Governo do Estado, denominado Teatro Pedro Ivo Campos ([inteiro teor](#)).

**DECRETO Nº 248**

**6 DE SETEMBRO DE 2019**

Altera o art. 5º do Decreto nº 80, de 2011, que dispõe sobre as consignações em folha de pagamento de servidores públicos civis e militares da administração direta, autárquica e fundacional, e estabelece outras providências ([inteiro teor](#)).

**DECRETO Nº 249**

**6 DE SETEMBRO DE 2019**

Altera o Decreto nº 144, de 2019, que dispõe sobre a estrutura organizacional e a denominação dos cargos em comissão e das funções de confiança dos órgãos e das entidades da Administração Pública Estadual Direta, Autárquica e Fundacional e estabelece outras providências ([inteiro teor](#)).

**DECRETO Nº 250**

**9 DE SETEMBRO DE 2019**

Decreta Luto Oficial ([inteiro teor](#)).

**DECRETO Nº 251**

**9 DE SETEMBRO DE 2019**

Dispõe sobre a licitação e contratação de serviços de publicidade no âmbito do Poder Executivo Estadual e estabelece outras providências ([inteiro teor](#)).

**DECRETO Nº 252**

**9 DE SETEMBRO DE 2019**

Introduz as alterações 4.061 e 4.062 no RICMS/SC-

01 e estabelece outras providências ([inteiro teor](#)).

**DECRETO Nº 253**

**10 DE SETEMBRO DE 2019**

Altera a Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual para o quadriênio 2016-2019, aprovada pela Lei nº 16.859, de 2015 ([inteiro teor](#)).

**DECRETO Nº 255**

**18 DE SETEMBRO DE 2019**

Homologa situação de emergência no Município que menciona ([inteiro teor](#)).

**DECRETO Nº 261**

**18 DE SETEMBRO DE 2019**

Altera a Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual para o quadriênio 2016-2019, aprovada pela Lei nº 16.859, de 2015 ([inteiro teor](#)).

**DECRETO Nº 262**

**18 DE SETEMBRO DE 2019**

Altera a Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual para o quadriênio 2016-2019, aprovada pela Lei nº 16.859, de 2015 ([inteiro teor](#)).

**DECRETO Nº 263**

**18 DE SETEMBRO DE 2019**

Regulamenta o § 1º do art. 3º da Lei nº 17.588, de 2018, que estabelece limites para o plantio de árvores exóticas e nativas próximo à rede de distribuição de energia elétrica ([inteiro teor](#)).

**DECRETO Nº 264**

**18 DE SETEMBRO DE 2019**

Regulamenta os arts. 1º e 3º da Lei 17.630, de 2018, que dispõe sobre a saída de alimentos destinados ao consumo humano, por doação, nos estabelecimentos comerciais e adota outras providências ([inteiro teor](#)).

**DECRETO Nº 265**

**18 DE SETEMBRO DE 2019**

Altera o Regimento Interno do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA/SC), aprovado pelo Decreto nº 3.658, de 2005, e estabelece outras providências ([inteiro teor](#)).

**DECRETO Nº 266**

**24 DE SETEMBRO DE 2019**

Altera a Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual para o quadriênio 2016-2019, aprovada pela Lei nº 16.859, de 2015 ([inteiro teor](#)).

**DECRETO Nº 269**

**24 DE SETEMBRO DE 2019**

Institui comissão especial para promover as providências decorrentes da extinção do departamento de transporte e terminais (deter) e estabelece outras providências ([inteiro teor](#)).

**DECRETO Nº 270**

**24 DE SETEMBRO DE 2019**

Institui comissão especial para promover as providências decorrentes da extinção do departamento estadual de infraestrutura (deinfra) e estabelece outras providências ([inteiro teor](#)).

**DECRETO Nº 272**

**24 DE SETEMBRO DE 2019**

Acresce o art. 20-c ao decreto nº 105, de 2007, que regulamenta a lei nº 13.992, de 2007, que instituiu o programa pró-emprego ([inteiro teor](#)).

**DECRETO Nº 273**

**25 DE SETEMBRO DE 2019**

Altera o art. 1º do decreto nº 1.276, de 2017, que dispõe sobre a suspensão temporária e em caráter excepcional da exigência de apresentação das certidões negativas nos casos que menciona ([inteiro teor](#)).

**DECRETO Nº 274**

**25 DE SETEMBRO DE 2019**

Dispõe sobre a convocação excepcional de escalas de plantão de agente penitenciário e de agente de segurança socioeducativo em caso de necessidade de serviço e de interesse público e estabelece outras providências ([inteiro teor](#)).

**DECRETO Nº 275**

**25 DE SETEMBRO DE 2019**

Altera o decreto nº 144, de 2019, que dispõe sobre a estrutura organizacional e a denominação dos cargos em comissão e das funções de confiança dos órgãos e das entidades da administração pública estadual direta, autárquica e fundacional e estabelece outras providências ([inteiro teor](#)).

**DECRETO Nº 276**

**25 DE SETEMBRO DE 2019**

Autoriza o poder executivo a aceitar a doação, com encargo, de imóvel no município de Joinville ([inteiro teor](#)).

**DECRETO Nº 277**

**25 DE SETEMBRO DE 2019**

Autoriza o poder executivo a aceitar a doação, com encargo, de imóvel no município de Guarimirim ([inteiro teor](#)).

**DECRETO Nº 278**

**25 DE SETEMBRO DE 2019**

Altera os arts. 2º e 5º do decreto nº 2.807, de 2009, que dispõe sobre o controle e os registros dos bens imóveis no âmbito dos órgãos da administração pública estadual direta, autárquica e fundacional e estabelece outras providências ([inteiro teor](#)).

**DECRETO Nº 279  
25 DE SETEMBRO DE 2019**

Dispõe sobre a implantação do centro de serviços compartilhados do centro administrativo do governo do estado e estabelece outras providências ([inteiro teor](#)).

**DECRETO Nº 280  
27 DE SETEMBRO DE 2019**

Institui comissão especial responsável pela regulamentação da lei nº 17.757, de 2019, que estabelece normas para publicação, tramitação e comunicação de processos, peças e atos públicos e privados, administrativos e judiciais através de sítios eletrônicos veiculados sob a responsabilidade de empresas jornalísticas no estado de santa Catarina ([inteiro teor](#)).

**DECRETO Nº 281  
27 DE SETEMBRO DE 2019**

Altera o art. 54 do decreto nº 2.617, de 2009, que aprova o regulamento geral para contratação de materiais, serviços, obras e serviços de engenharia, no âmbito do sistema administrativo de gestão de materiais e serviços (sagms). ([inteiro teor](#)).

**DECRETO Nº 282  
27 DE SETEMBRO DE 2019**

Dispõe sobre a disponibilização e compartilhamento de bases de dados no âmbito da administração pública estadual ([inteiro teor](#)).

**DECRETO Nº 283  
30 DE SETEMBRO DE 2019**

Dispõe sobre a parcela indenizatória denomi-

nada indenização pelo uso de veículo próprio ([inteiro teor](#)).

**DECRETO Nº 284  
30 DE SETEMBRO DE 2019**

Dispõe sobre a aplicação temporária de valores de diárias para os grupos de cargos que menciona, exclusivamente durante o período transitório da operação festas de outubro /2019 ([inteiro teor](#)).

**DECRETO Nº 285  
30 DE SETEMBRO DE 2019**

Fixa o percentual da taxa de administração devida ao instituto de previdência do estado de Santa Catarina (iprev) no exercício de 2019 ([inteiro teor](#)).

## LEGISLAÇÃO FEDERAL

### LEIS ORDINÁRIAS

**LEI Nº 13.868  
3 DE SETEMBRO DE 2019**

Altera as Leis nos 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir disposições relativas às universidades comunitárias ([inteiro teor](#)).

**LEI Nº 13.869  
5 DE SETEMBRO DE 2019**

Dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade; altera a Lei nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989, a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994; e revoga a Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965, e dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) ([inteiro teor](#)).

**LEI Nº 13.870  
17 DE SETEMBRO DE 2019**

Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para determinar que, em área rural, para fins de posse de arma de fogo, considera-se residência ou domicílio toda a extensão do respectivo imóvel ([inteiro teor](#)).

**LEI Nº 13.871  
17 DE SETEMBRO DE 2019**

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para dispor sobre a responsabilidade do agressor pelo ressarcimento dos custos relacionados aos serviços de saúde prestados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) às vítimas de violência doméstica e familiar e aos dispositi-

vos de segurança por elas utilizados. ([inteiro teor](#))

**LEI Nº 13.872  
17 DE SETEMBRO DE 2019**

Estabelece o direito de as mães amamentarem seus filhos durante a realização de concursos públicos na administração pública direta e indireta dos Poderes da União. ([inteiro teor](#))

**LEI Nº 13.873  
17 DE SETEMBRO DE 2019**

Altera a Lei nº 13.364, de 29 de novembro de 2016, para incluir o laço, bem como as respectivas expressões artísticas e esportivas, como manifestação cultural nacional, elevar essas atividades à condição de bem de natureza imaterial integrante do patrimônio cultural brasileiro e dispor sobre as modalidades esportivas equestres tradicionais e sobre a proteção ao bem-estar animal ([inteiro teor](#)).

**LEI Nº 13.874  
20 DE SETEMBRO DE 2019**

Institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica; estabelece garantias de livre mercado; altera as Leis nos 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 11.598, de 3 de dezembro de 2007, 12.682, de 9 de julho de 2012, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 10.522, de 19 de julho de 2002, 8.934, de 18 de novembro 1994, o Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946 e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; revoga a Lei Delegada nº 4, de 26 de setembro de 1962, a Lei nº

11.887, de 24 de dezembro de 2008, e dispositivos do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966; e dá outras providências ([inteiro teor](#)).

**LEI Nº 13.875  
20 DE SETEMBRO DE 2019**

Altera o § 2º do art. 63 da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), para tratar dos prazos de exercício da profissão para participação nas eleições dos membros dos órgãos da OAB ([inteiro teor](#)).

**LEI Nº 13.876  
20 DE SETEMBRO DE 2019**

Dispõe sobre honorários periciais em ações em que o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) figure como parte e altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, e a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 ([inteiro teor](#)).

**LEI Nº 13.877  
27 DE SETEMBRO DE 2019**

Altera as Leis nos 9.096, de 19 de setembro de 1995, 9.504, de 30 de setembro de 1997, 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), 13.831, de 17 de maio de 2019, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre regras aplicadas às eleições; revoga dispositivo da Lei nº 13.488, de 6 de outubro de 2017; e dá outras providências ([inteiro teor](#)).

**DECRETO Nº 9.999**

**3 DE SETEMBRO DE 2019**

Dispõe sobre a qualificação da Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República e sobre a sua inclusão no Programa Nacional de Desestatização ([inteiro teor](#)).

**DECRETO Nº 10.000**

**3 DE SETEMBRO DE 2019**

Dispõe sobre o Conselho Nacional de Recursos Hídricos ([inteiro teor](#)).

**DECRETO Nº 10.001**

**3 DE SETEMBRO DE 2019**

Dispõe sobre o Comitê Deliberativo das Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo e a Comissão Técnica de Avaliação das Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo ([inteiro teor](#)).

**DECRETO Nº 10.003**

**4 DE SETEMBRO DE 2019**

Altera o Decreto nº 9.579, de 22 de novembro de 2018, para dispor sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente ([inteiro teor](#)).

**DECRETO Nº 10.004**

**5 DE SETEMBRO DE 2019**

Institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares ([inteiro teor](#)).

**DECRETO Nº 10.005**

**5 DE SETEMBRO DE 2019**

Revoga o Decreto nº 9.461, de 8 de agosto de 2018, que regulamenta o art. 34 da Lei nº 13.639, de 26 de março de 2018, que dispõe sobre o primeiro processo eleitoral do Conselho Federal dos Técnicos Agrícolas e do Conselho Federal dos Técnicos Industriais ([inteiro teor](#)).

**DECRETO Nº 10.006**

**5 DE SETEMBRO DE 2019**

Altera o Decreto nº 2.594, de 15 de maio de 1998, para dispor sobre a subordinação administrativa de empresas incluídas no Programa Nacional de Desestatização ao Ministério da Economia ([inteiro teor](#)).

**DECRETO Nº 10.007**

**5 DE SETEMBRO DE 2019**

Dispõe sobre a qualificação da Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República e sobre a sua inclusão no Programa Nacional de Desestatização ([inteiro teor](#)).

**DECRETO Nº 10.008**

**5 DE SETEMBRO DE 2019**

Dispõe sobre a qualificação da Empresa Gestora

de Ativos S.A. - Emgea no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República e sobre a sua inclusão no Programa Nacional de Desestatização ([inteiro teor](#)).

**DECRETO Nº 10.009**

**5 DE SETEMBRO DE 2019**

Institui a Comissão Intergestores Tripartite do Sistema Único de Assistência Social ([inteiro teor](#)).

**DECRETO Nº 10.010**

**5 DE SETEMBRO DE 2019**

Altera o Decreto nº 660, de 25 de setembro de 1992, que institui o Sistema Integrado de Comércio Exterior - SISCOMEX ([inteiro teor](#)).

**DECRETO Nº 10.011**

**5 DE SETEMBRO DE 2019**

Declara a revogação, para os fins do disposto no art. 16 da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, de decretos normativos ([inteiro teor](#)).

**DECRETO Nº 10.012**

**5 DE SETEMBRO DE 2019**

Dispõe sobre a gestão e a governança da implementação e da execução dos empreendimentos que integravam, em 31 de dezembro de 2018, o Programa instituído pelo Decreto nº 6.025, de 22 de janeiro de 2007 ([inteiro teor](#)).

**DECRETO Nº 10.013**

**6 DE SETEMBRO DE 2019**

Altera o Decreto nº 9.088, de 6 de julho de 2017, que dispõe sobre cargos e funções considerados de natureza militar ([inteiro teor](#)).

**DECRETO Nº 10.014**

**6 DE SETEMBRO DE 2019**

Altera o Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, que regulamenta a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida ([inteiro teor](#)).

**DECRETO Nº 10.016**

**17 DE SETEMBRO DE 2019**

Dispõe sobre Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização ([inteiro teor](#)).

**DECRETO Nº 10.017**

**17 DE SETEMBRO DE 2019**

Altera o Decreto nº 5.294, de 1º de dezembro de 2004, que fixa a lotação dos Adidos, Adjuntos e Auxiliares de Adidos Militares junto às represen-

tações diplomáticas no exterior ([inteiro teor](#)).

**DECRETO Nº 10.018**

**17 DE SETEMBRO DE 2019**

Dispõe sobre a execução da Decisão CMC nº 04/18, de 12 de dezembro de 2018, do Conselho do Mercado Comum do Mercosul, que altera o Regulamento do Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul ([inteiro teor](#)).

**DECRETO Nº 10.019**

**17 DE SETEMBRO DE 2019**

Altera o Decreto nº 88.777, de 30 de setembro de 1983, que aprova o Regulamento para as Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares (R-200) ([inteiro teor](#)).

**DECRETO Nº 10.020**

**17 DE SETEMBRO DE 2019**

Dispõe sobre a Comissão Especial dos ex-Territórios Federais de Rondônia, do Amapá e de Roraima - CEEEXT ([inteiro teor](#)).

**DECRETO Nº 10.022**

**20 DE SETEMBRO DE 2019**

Altera o Decreto nº 9.985, de 23 de agosto de 2019, para ampliar o prazo do emprego das Forças Armadas na Amazônia Legal ([inteiro teor](#)).

**DECRETO Nº 10.023**

**20 DE SETEMBRO DE 2019**

Altera o Decreto nº 9.912, de 10 de julho de 2019, que regulamenta a Lei Complementar nº 134, de 14 de janeiro de 2010, que dispõe sobre a composição do Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA ([inteiro teor](#)).

**DECRETO Nº 10.024**

**20 DE SETEMBRO DE 2019**

Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal ([inteiro teor](#)).

**DECRETO Nº 10.025**

**20 DE SETEMBRO DE 2019**

Dispõe sobre a arbitragem para dirimir litígios que envolvam a administração pública federal nos setores portuário e de transporte rodoviário, ferroviário, aquaviário e aeroportuário, e regulamenta o inciso XVI do caput do art. 35 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o § 1º do art. 62 da Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013, e o § 5º do art. 31 da Lei nº 13.448, de 5 de junho de 2017 ([inteiro teor](#)).

## DECRETOS

### DECRETO Nº 10.026

25 DE SETEMBRO DE 2019

Regulamenta a Lei nº 13.648, de 11 de abril de 2018, que dispõe sobre a produção de polpa e suco de frutas artesanais em estabelecimento familiar rural ([inteiro teor](#)).

### DECRETO Nº 10.027

25 DE SETEMBRO DE 2019

Promulga o Protocolo de Cooperação e Facilitação de Investimentos Intra-Mercosul, firmado pela República Federativa do Brasil, em Buenos Aires, em 7 de abril de 2017 ([inteiro teor](#)).

### DECRETO Nº 10.028

26 DE SETEMBRO DE 2019

Altera o Decreto nº 9.711, de 15 de fevereiro de 2019, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo federal para o exercício de 2019 ([inteiro teor](#)).

### DECRETO Nº 10.029

26 DE SETEMBRO DE 2019

Autoriza o Banco Central do Brasil a reconhecer como de interesse do Governo bra-

sileiro a instalação, no País, de novas agências de instituições financeiras domiciliadas no exterior e o aumento do percentual de participação, no capital de instituições financeiras com sede no País, de pessoas físicas ou jurídicas residentes ou domiciliadas no exterior ([inteiro teor](#)).

### DECRETO Nº 10.030

30 DE SETEMBRO DE 2019

Aprova o Regulamento de Produtos Controlados ([inteiro teor](#)).

## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

## PORTARIAS

### PORTARIA GAB/PGE 094/19

02 DE SETEMBRO DE 2019

A PROCURADORA-GERAL DO ESTADO, no uso das atribuições conferidas pelo art. 7º, I e II, da Lei Complementar nº 317, de 30 de dezembro de 2005,

Considerando o disposto no inciso II do art. 7º da Lei federal nº 12.016, de 7 de agosto de 2009 (Lei do Mandado de Segurança);

Considerando a necessidade de prequestionamento explícito das normas constitucionais e legais para a propositura de recursos, especialmente os de índole constitucional;

Considerando o fato de que há Procuradores do Estado lotados nas Consultorias Jurídicas das Secretarias de Estado;

#### RESOLVE:

Art. 1º Nos mandados de segurança impetrados contra o Governador e contra os Secretários de Estado, o Procurador do Estado a quem for distribuída a Citação/Notificação deverá:

I - na condição de representante da pessoa jurídica de direito público a que vinculada a autoridade coatora, nos termos do artigo 7, II da Lei 12.016/2009, além de manifestar o interesse no acompanhamento do processo, produzir defesa técnica de mérito que viabilize a mais ampla cognição e a futura interposição de recursos às instâncias superiores;

II - elaborar, quando solicitado, minutas de informações nos mandados de segurança em que figurem como impetrados o Governador ou os Secretários de Estado.

Art. 2º Os Mandados de Segurança impetrados

contra Secretários de Estado titulares de pastas cujas consultorias jurídicas sejam ocupadas por Procuradores do Estado serão a estes distribuídos.

Art. 3º Na hipótese do artigo anterior, o Procurador do Estado vinculado ao Mandado de Segurança será responsável tanto pela representação do Estado quanto pela coordenação da elaboração das informações acerca dos atos atribuídos ao Secretário de Estado e ao Governador.

Art. 4º. Compete ao Procurador-Chefe do órgão de execução central com competência sobre a matéria objeto do mandado de segurança autorizar, a pedido do Procurador do Estado vinculado ou em Notas Técnicas Gerais, a não intervenção da PGE.

Art. 5º Os atos processuais previstos nesta Portaria poderão ser produzidos em peça única, subscrita pelo Procurador do Estado e pela autoridade coatora.

Art. 6º A presente portaria não implicará a redistribuição de processos já em trâmite.

Art. 7º Revoga-se a Portaria 89/18, de 12 de dezembro de 2018.

Art. 8º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

### CÉLIA IRACI DA CUNHA

Procuradora-Geral do Estado

### PORTARIA GAB/PGE 095/19

10 DE SETEMBRO DE 2019

A PROCURADORA-GERAL DO ESTADO, no uso de suas atribuições e, em conformidade com o disposto no art. 67 da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, resolve:

#### RESOLVE:

Art. 1º Fica designada a servidora Carolina Ferreira Haide Pacheco, matrícula 950.837-6-01, como Fiscal do Contrato nº 011/2015-PGE, celebrado entre a Procuradoria Geral do Estado e a empresa Softplan Planejamento e Sistemas Ltda., cujo objeto é a prestação de serviços de suporte técnico remoto e manutenção corretiva, adaptativa e evolutiva do sistema PGE.Net.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogada a Portaria GAB/PGE 058/15.

### CÉLIA IRACI DA CUNHA

Procuradora-Geral do Estado

### PORTARIA GAB/PGE 097/19

20 DE SETEMBRO DE 2019

A PROCURADORA-GERAL DO ESTADO, no uso da competência conferida pelo art. 7º, incisos II e III, da Lei Complementar nº 317, de 30 de dezembro de 2005,

#### RESOLVE:

Art. 1º Designar a Procuradora do Estado Daniela Sieberichs Leal, matrícula 950.307-2-01, para integrar a Consultoria Jurídica da Procuradoria Geral do Estado, a contar de 28/08/2019.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

### CÉLIA IRACI DA CUNHA

Procuradora-Geral do Estado

**PARECER 310/19-PGE**

**PROCESSO: PGE3847/2019**

**ASSUNTO:** Análise de Termo de Cooperação Técnica

**INTERESSADO:** Procuradoria Geral do Estado

**EMENTA:** Termo de Cooperação Técnica. Disponibilização de Acesso aos Bancos de Dados dos Sistemas DETRANET e PGE.NET. Regularidade formal e legal.

**PARECER 311/19-PGE**

**PROCESSO Nº. SCC 9085/2019**

**ORIGEM:** SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL

**EMENTA:** Autógrafo de projeto de lei complementar. Projeto de iniciativa parlamentar que tem por objetivo ampliar o rol das atividades prestadas pelos militares integrantes do Corpo Temporário de Inativos da Segurança Pública, estendendo aos municípios catarinenses a possibilidade de firmar convênio com o Poder Executivo Estadual para contar com a assistência prestada pelos militares inativos da Segurança Pública do Estado de Santa Catarina. Projeto de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo. Ofensa ao disposto no art. 37, inc. X, da CF, e no art. 50, § 2º, incisos I e II, da CE. Configuração do vício de inconstitucionalidade. Recomendação de veto total.

**PARECER 312/19-PGE**

**PROCESSO: SCC 9082/2019**

**ORIGEM:** Casa Civil

**EMENTA:** Autógrafo de Projeto de Lei. Altera a denominação social de sociedade civil para adequação à lei estadual que declarou de utilidade pública. Pleito formulado pelo corpo diretivo da sociedade. Competência da ALESC para alterar as leis da espécie. Constitucionalidade da medida legislativa.

**PARECER 313/19-PGE**

**PROCESSO: SEA 10832/2019**

**ASSUNTO:** Decreto – Comissão Especial – Extinção DETER

**INTERESSADO:** Secretaria de Estado da Administração

**EMENTA:** Análise de Minuta de Decreto. Instituição de Comissão Especial para promover a extinção do Departamento Estadual de Transportes e Terminais - DETER e estabelece outras providências. LC n.º 741/2019. Art. 71, inciso IV, da Constituição Estadual. Constitucionalidade.

**PARECER 314/19**

**PROCESSO: SCC 8290/2019**

**ORIGEM:** Casa Civil

**EMENTA:** Diligência da ALESC. Projeto de

Lei. Estabelece o sexo biológico como critério de definição de gênero nas competições esportivas Oficiais. Equidade de gêneros. Tema controvertido que enfrenta discussão nacional. Matéria em tramitação na Câmara dos Deputados. Possibilidade de a União editar normas gerais para vigorar em todo território nacional. Art. 24, inc. IX, e seus parágrafos, da Constituição Federal.

**PARECER 315/19**

**PROCESSO: SCC 8653/2019**

**ORIGEM:** Casa Civil

**EMENTA:** Diligência. Projeto de lei. Proíbe o manuseio, a utilização, a queima e a soltura de fogos de artifício e artefatos pirotécnicos com estampido. Constitucionalidade da medida legislativa.

**PARECER 317/19-PGE**

**PROCESSO Nº SCC 8298/2019**

**ORIGEM:** Secretaria de Estado da Casa Civil.

**ASSUNTO:** Pedido de diligência

**EMENTA:** Projeto de Lei que “institui a Semana Cultural Interescolar nas escolas públicas de ensino fundamental e médio do Estado de Santa Catarina e adota outras providências” Origem Parlamentar. Iniciativa Privativa do Chefe do Poder Executivo. Inconstitucionalidade.

**PARECER 318/19-PGE**

**PROCESSO: SJC 00058680/2019**

**ASSUNTO:** Efeitos dos Recursos na Sindicância e PAD

**INTERESSADO:** Secretaria de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa

**EMENTA:** Processo Disciplinar e Sindicância. Efeitos dos Recursos. Art. 66, da LC n.º 491/2010. A regra geral é de que o efeito dos recursos em Sindicância ou Processo Administrativo Disciplinar apenas devolutivo. A exceção prevê que a critério da autoridade competente, poderá ser concedido o efeito suspensivo.

**PARECER 319/19-PGE**

**PROCESSO: ADR01 1910/2019**

**INTERESSADO:** Agência de Desenvolvimento Regional de São Miguel do Oeste

**EMENTA:** Agência de Desenvolvimento Regional de São Miguel do Oeste – faturas de água do ano de 2018 em aberto – autorização de pagamento embasada no decreto 1.784/2018 – posterior extinção da dívida – comprovação por certidão emitida pela CASAN – perda do objeto

**PARECER 321/19-PGE**

**PROCESSO: DSUST 2751/2017**

**INTERESSADO:** Catarinense Engenharia Ambiental S.A.

**EMENTA:** Minuta de Decreto. Declaração de Utilidade Pública. Supressão de vegetação. Serviço público de saneamento. Interesse Nacional. Declaração por meio de Decreto. Possibilidade. Leis Federais n.ºs 11.445/2007 e 12.305/2010.

**PARECER 323/19-PGE**

**PROCESSO: SEA 10844/2019**

**ASSUNTO:** Decreto – Comissão Especial – Extinção DEINFRA

**INTERESSADA:** Secretaria de Estado da Administração

**EMENTA:** Análise de Minuta de Decreto. Instituição de Comissão Especial para promover a extinção do Departamento Estadual de Infraestrutura - DEINFRA e estabelece outras providências. LC n.º 741/2019. Art. 71, inciso IV, da Constituição Estadual. Constitucionalidade.

**PARECER 324/19-PGE**

**PROCESSO: SCC 0009668/2019**

**ASSUNTO:** Autógrafo de Projeto de Lei

**INTERESSADO:** Secretaria de Estado da Casa Civil.

**EMENTA:** Autógrafo do Projeto de Lei nº 121/2019 que “Altera a Lei n. 11.959, de 2001 que ‘Proíbe o corte residencial do fornecimento de água e energia elétrica pelas concessionárias por falta de pagamento, nos dias que especifica’, para dar nova redação à sua ementa e ao seu art. 1º, com o fim de incluir o gás e os dias de ponto facultativo, e de retirar a palavra ‘residencial’, bem como acrescentar Parágrafo Único ao mesmo art. 1º, para excepcionar da proibição de suspensão dos serviços públicos essenciais de que trata, em atenção a eventual decisão judicial”. Constitucionalidade. Competência Legislativa Concorrente. Artigo 24, incisos V e VIII da Constituição Federal.

**PARECER 327/19-PGE**

**PROCESSO: SEF 11937/2019**

**INTERESSADO:** Secretaria de Estado da Fazenda

**EMENTA:** Remuneração de policiais militares com atuação exclusiva no Proerd (programa educacional de resistência às drogas e à violência) – cômputo na função orçamentária n. 12, relativa a despesas com educação – possibilidade – ressalva aos limites estabelecidos no artigo 167, VI, da Constituição Federal.

**PARECER 328/19-PGE**

**Nº DO PROCESSO: SEF 13938/2019**

**INTERESSADO:** Secretaria de Estado da Fazenda

**ASSUNTO:** Contrato de Financiamento BNDES

**EMENTA:** Contrato de Financiamento a ser firmado entre o Estado de Santa Catarina e o BNDES para captação de recursos que serão destinados à revitalização da Rodovia SC 401. Análise do preenchimento de condições autorizadoras da contratação. Competência do Governador do Estado para representar o Estado de Santa Catarina em negócios desta natureza. Constatação da existência de autorização legislativa que dá suporte a contratação e análise, pelo órgão competente, segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, dos limites e condições para realização das operações de crédito. Necessidade de verificação acerca da consignação na lei orçamentária ou em créditos adicionais, dos recursos provenientes desta operação.

**PARECER 337/19-PGE**

**PROCESSO: SCC 9039/2019**

**ORIGEM:** Casa Civil

**EMENTA:** Diligência. Projeto de Lei. Dispõe sobre o uso pela Polícia Judiciária de veículo apreendido. Competência da União pra legislar sobre matéria penal e requisição civil. Violação do art. 22, incisos I e III, da Constituição Federal.

**PARECER 338/19-PGE**

**PROCESSO: CGE 200/2019**

**ASSUNTO:** Consulta ao Tribunal de Contas

**INTERESSADO:** Controladoria Geral do Estado

**EMENTA:** Consulta ao Tribunal de Contas do Estado. Controlador Geral do Estado. Competência. Aparente contradição entre os arts. 5.º e 6.º e respectivo anexo I, da IN n.º TC-20/2015. Alcance da manifestação da CGE sobre as demonstrações consolidadas. Questionamento quanto a pertinência do órgão central do sistema de controle interno de emitir parecer sobre o Relatório de Atividades

do Poder Executivo. Competência do Consultante. Matéria de Competência do TCE. Questão Formulada sobre interpretação da Lei em tese. Indicação precisa da controvérsia. Legalidade e regularidade formal.

**PARECER 339/19-PGE**

**PROCESSO: CGE 203/2019**

**ASSUNTO:** Alteração dos Decretos n. 1.027/2008; 913/2012; e 1.048/2012

**INTERESSADO:** Controladoria-Geral do Estado

**EMENTA:** Análise de Minuta de Decreto. Alteração dos Decretos n. 1.027, de 21 de janeiro de 2008; 913, de 09 de abril de 2012; e 1.048 de 04 de julho de 2012. Ajuste de funções da Ouvidoria. Transferência de funções da SEA para a CGE. Lei Complementar n. 741 de 12 de junho de 2019. Art. 71, inciso III, da Constituição Estadual. Constitucionalidade.

**PARECER 340/19-PGE**

**PROCESSO: CGE 00000322/2019**

**ASSUNTO:** Manifestação da Consultoria Jurídica

**INTERESSADO:** Controladoria-Geral do Estado

**EMENTA:** Convênio de Cooperação Técnica para abertura de contas correntes com o objetivo de operacionalizar transferências de recursos concedidos por convênios e instrumentos congêneres. Prorrogação de prazo de vigência. Previsão contratual. Possibilidade diante dos critérios e condições estabelecidos na Lei nº 8.666/1993. Interesse público constatado.

**PARECER 342/19-PGE**

**PROCESSO: SJC 15458/2019**

**ORIGEM:** Secretaria de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa

**EMENTA:** Revisão de preços. Contrato de aquisição de gêneros alimentícios. Pedido de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato. Falta de comprovação da ocorrência de fato imprevisível ou previsível de consequências incalculáveis que afetaram o equilíbrio eco-

nômico-financeiro do contrato. Art. 65, inc. II, alínea "d", da Lei nº 8.666/1993. Serviços essenciais e inadiáveis. Possibilidade de realização de ajuste para manter a execução do contrato – Art. 21, par. Único, do Decreto-Lei nº 4.657/1942, com redação dada pela Lei nº 13.655/2018.

Havendo suspensão de fornecimento por parte da contratada, a solução que se impõe é a contratação emergencial – art. 24, inc. IV, da Lei nº 8.666/1993.

**PARECER 343/19-PGE**

**PROCESSO: SJC 15.461/2019**

**ORIGEM:** Secretaria de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa

**EMENTA:** Revisão de preços. Contrato de aquisição de gêneros alimentícios. Pedido de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato. Falta de comprovação da ocorrência de fato imprevisível ou previsível de consequências incalculáveis que afetaram o equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Art. 65, inc. II, alínea "d", da Lei nº 8.666/1993. Serviços essenciais e inadiáveis. Possibilidade de realização de ajuste para manter a execução do contrato – Art. 21, par. Único, do Decreto-Lei nº 4.657/1942, com redação dada pela Lei nº 13.655/2018. Havendo suspensão de fornecimento por parte da contratada, a solução que se impõe é a contratação emergencial – art. 24, inc. IV, da Lei nº 8.666/1993.

**PARECER 344/19-PGE**

**PROCESSO: SEA 00011885/2019**

**ASSUNTO:** Minuta de Decreto

**INTERESSADO:** Secretaria de Estado da Administração

**EMENTA:** Análise de Minuta de Decreto. Delegação de Competência. Lei Complementar Estadual n. 741 de 12 de junho de 2019. Revisão do Decreto n. 1.158/2008. Constitucionalidade. Adequação da proposição ao artigo 116, §1º, da referida Lei Complementar. Análise das sugestões propostas pelo Delegado-Geral da Polícia Civil e pela Procuradoria-Geral do Estado.